

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal de Brasília*

Class.: 1453

Data: 25.01.90

Pg.: \_\_\_\_\_

# Bispo elogia decisão que Saulo pode mudar

190 *Zenaide Azeredo*

A decisão do governo de fixar como zona de garimpagem apenas os 100 mil hectares da localidade conhecida como Uraricaá, Santa Rosa, em Roraima, foi aplaudida ontem pelo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, para quem é inaceitável a localização de qualquer outro garimpo dentro dos 9,4 milhões de hectares interditados pela Justiça como território yanomami.

O que dom Luciano não sabia é que meia hora depois de ter se posicionado, no Ministério da Justiça, congratulando-se com o governo, o ministro Saulo Ramos, em outra entrevista, jogaria por terra essa pretensão, ao dizer que não está descartada a hipótese de posteriormente, Santa Isabel/Uraricoera e Catrimane virem a ser demarcadas como zonas de garimpo. Questionado sobre as razões que o levaram a insistir nesta posição, já que os 45 mil garimpeiros ou 18 mil (segundo a Funai) podem trabalhar em Santa Rosa, Saulo Ramos foi incisivo: "Porque eu quero".

O ministro da Justiça leva hoje, finalmente, a minuta do decreto demarcando Santa Rosa como zona

de garimpo para que o presidente José Sarney a assinasse. Ele deixou claro, no entanto, que a verba de NCz\$ 35 milhões, já aprovada pelo governo para a retirada dos garimpeiros, será insuficiente, havendo necessidade de um crédito suplementar para a operação no valor de NCz\$ 100 milhões. Só a Aeronáutica cobrou NCz\$ 16 milhões pelo transporte aéreo cedido na operação.

### Perplexidade

Depois de ter participado ontem, pela manhã, no Palácio do Planalto, de uma reunião com representantes de outras 20 entidades para acertar a questão da garimpagem em Roraima, dom Luciano esteve no Ministério da Justiça agradecendo o empenho demonstrado para tirar os garimpeiros do território yanomami. Ele deixou claro, no entanto, sua "perplexidade com a proximidade da área escolhida (Santa Rosa) com o território indígena", perguntando "se a garimpagem é uma atividade coerente". Enjejou votos para que houvesse, por parte do governo, uma rígida fiscalização com o intuito de impedir a volta dos garimpeiros para a área proibida pela liminar da Justiça.

Certo de ter havido desistência

por parte do governo, das investidas nas duas áreas interditadas pela liminar da Justiça e rejeitadas pela Igreja, dom Luciano Mendes deixou o Ministério da Justiça falando sobre o dia de ontem como o "dia alvissareiro" para os índios e para a Justiça.

O ministro Saulo Ramos, no entanto, não pensa da mesma forma e disse que as duas áreas consideradas indígenas pela liminar ainda serão alvo de demarcação como zonas de garimpo. Só que, segundo ele, enquanto em Santa Rosa o garimpeiro só precisa de 120 dias para se organizar em cooperativa, para garimpar em Santa Isabel e Catrimane, os garimpeiros, além de organizados em cooperativas, terão de ter autorização prévia da Funai, Ibama e DNPM. Por enquanto, ele não quer garimpeiros em nenhuma das áreas interditadas. Saulo Ramos negou que essa posição vá favorecer as grandes empresas mineadoras e revelou que, apesar de cerca de 10 mil garimpeiros já terem sido removidos das terras yanomami, sua preocupação agora é de retirá-los de Boa Vista, principalmente porque muitos já manifestaram desejo de voltar para seus estados de origem.

## Saulo manda apurar denúncia

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, mandou ontem que o diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, abrisse inquérito para apurar denúncia feita pela Cooperativa de Garimpeiros de Roraima, segundo a qual missionários radicados em território yanomami estariam utilizando mão-de-obra indígena para atividades de garimpagem ilícita.

A acusação feita por Luiza Carmem Buen Brasil, em Boa Vista, foi publicada pelo *Jornal de Brasília* de domingo último, (dia 21/01),

envolvendo em tais operações missionários evangélicos norte-americanos, ingleses, holandeses e alemães.

"Se verdadeiros os fatos e se confirmada materialmente a atividade ilícita, as investigações deverão ser transformadas em inquérito para apurar responsabilidades individuais e, quanto a estrangeiros, para instruir os competentes processos de expulsão", afirmou Saulo Ramos, em seu aviso a Romeu Tuma.

O ministro lembrou ao DPF que "o *Jornal de Brasília*, órgão de

imprensa igualmente idôneo, divulgou nomes de pessoas que afirmam conhecer os fatos".

Saulo Ramos quer "uma apuração completa em Roraima, lembrando a Tuma que isso era possível de ser feito devido ao grande número de agentes policiais destacados para aquele estado". E destacou: "Nosso País não se opõe à catequese e ao piedoso trabalho cristão de ajuda aos índios, mas atividades de garimpagem por estrangeiro, padre ou não, com utilização do trabalho dos índios, é intolerável".



Dom Luciano Mendes se reuniu ontem com Saulo Ramos

## Sarney dá área para garimpeiro

O presidente José Sarney assinou ontem decreto criando uma área de 100 mil hectares, para alojar os garimpeiros que exploravam a reserva dos índios Yanomami, em Roraima. A notícia foi dada pelo chefe do Gabinete Civil, Luís Roberto Ponte, em reunião com o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida; o bispo de Boa Vista, dom Aldo Mogiano e o líder do PT na Câmara, deputado Plínio de Arruda Sampaio, representando o Movimento Parlamentar Ação e Cidadania.

Com essa decisão, na avaliação do ministro, a polêmica sobre o destino dos garimpeiros, que estão sendo retirados pela Polícia Federal, chega a um ponto final. Para dom Mogiano porém, a medida é apenas paliativa: "a solução definitiva acontecerá quando os índios voltarem a ficar sozinhos nas suas terras". A nova área chamada Urarichá Santa Rosa, fica a apenas 20 quilômetros da região dos Yanomami e para explorá-la é preciso que os garimpeiros se organizem em cooperativa e solicitem autorização ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e ao Ministério das Minas e Energia para exploração da lavra. Os garimpeiros esperavam outras duas áreas, mas esta possibilidade foi descartada na conversa com o ministro Ponte. A razão está na possível localização delas, muito próximas dos índios. Como observou o superintendente-geral da Funai, coronel Ailton Alcântara: "Fazendo um simples 'cooper' qualquer garimpeiro poderá facilmente contato com os indígenas".